



ANÁLISE DE CARREIRAS MILITANTES FEMININAS DISSOCIADA DE UM MODELO MASCULINO

Verônica de Barros Santos¹

RESUMO

A participação política das mulheres é um debate presente na esfera da representação sindical. A constituição de carreiras militantes femininas é geralmente pensada em comparação às carreiras masculinas. No entanto, ao adotar este enfoque, algumas análises tendem a desconsiderar as particularidades nas carreiras das mulheres. O objetivo deste estudo é problematizar a análise das carreiras militantes femininas a partir do modelo masculino. Propomos pensar as particularidades das experiências das mulheres como condicionantes das suas trajetórias. A abordagem é voltada ao movimento sindical e a análise é sobre as carreiras das dirigentes. Seleccionamos um grupo de mulheres dirigentes sindicais, com as quais realizamos 16 entrevistas aprofundadas. Observamos que a atuação delas está condicionada a lugares que correspondem às funções assumidas em outras esferas da vida. Por vezes, estas funções estão associadas aos assuntos considerados tradicionalmente como femininos, por exemplo, os cuidados com a família e com o lar. Nesse sentido, buscamos refletir sobre a constituição das carreiras militantes das sindicalistas, considerando as particularidades da reprodução de papéis de gênero como condicionantes da sua atuação. A partir do enfoque em aspectos das suas carreiras foi possível dissociar a ideia de atuação e de sucesso militante baseado no modelo masculino.

Palavras-chave: Gênero. Militância Sindical. Carreiras Femininas.

ABSTRACT

The political participation of women is a current debate in the sphere of trade union representation. The constitution of women's militant careers is generally thought of in comparison to men's careers. However, in adopting this approach, some analyzes tend to overlook the particularities of women's careers. The objective of this study is to problematize the analysis of female militant careers from the male model. We propose to think about the particularities of women's experiences as factors in their trajectories. The approach is focused on the trade union movement and the analysis is about the careers of the leaders. We selected a group of women trade union leaders, with whom we conducted 16 in-depth interviews. We observe that their performance is conditioned to places that correspond to the functions assumed in other spheres of life. Sometimes these functions are associated with issues traditionally considered to be feminine, for example, caring for the family and for the home. In this sense, we seek to reflect on the constitution of the militant careers of trade unionists, considering the particularities of the reproduction of gender roles as conditioners of their performance. From the focus on aspects of their careers it was possible to dissociate the idea of action and militant success based on the male model.

Keywords: Gender. Union Militancy. Women's Careers.

¹ Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: vebstos@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

Este estudo é um recorte da pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe. A pesquisa teve como objetivo geral compreender as condições de acesso e permanência das mulheres no movimento sindical. Um dos enfoques foi a carreira de mulheres que ocuparam postos de liderança no Sindicato dos Trabalhadores Técnico-administrativos da Universidade Federal de Sergipe – SINTUFS. A análise de carreiras foi uma das estratégias teórico-metodológica utilizadas para entender o processo de engajamento individual das sindicalistas. Buscamos conhecer as trajetórias das mulheres a partir de entrevistas aprofundadas, onde elas puderam discursar sobre as suas biografias.

O debate geral em que a pesquisa está inserida são as desigualdades de gênero nas esferas de representação política. Alguns vieses são utilizados nas análises sobre a participação feminina nos postos de comando e nas hierarquias representativas. Por exemplo, quando tratamos do mercado de trabalho nos deparamos com as diferenças dos salários pagos a homens e a mulheres, mesmo exercendo funções similares ou a mesma função. Identificamos também os guetos profissionais de gênero, ou seja, maior concentração de um dos gêneros em determinadas classes profissionais. Além disso, encontramos os postos de maior hierarquia das empresas sendo ocupados em sua maioria por homens (IBGE). No viés da política partidária, geralmente as desigualdades têm como enfoque a diferença entre o número de homens e mulheres candidatos e eleitos. Ainda na esfera da representação política, também encontramos número inferior de mulheres nas direções sindicais, nos órgãos de classe, em comitês e comissões representativas da sociedade.

Contudo, mesmo diante de um cenário desigual da participação feminina em postos de comando, elas têm cada vez mais conquistado estes espaços. Este fato nos impele a questionar sobre as condições de possibilidades da ascensão profissional e política das mulheres, bem como sobre as condições estruturais, culturais e subjetivas da manutenção da ordem excludente. A análise de carreira é aqui apresentada como perspectiva de problematização das desigualdades de gênero

nos âmbitos citados acima. A partir dos itinerários dos indivíduos podemos visualizar elementos estruturais e subjetivos dos processos de constituição de uma carreira.

O argumento que trazemos neste estudo é que ao se fazer análise de carreiras femininas, por vezes, tomamos as carreiras masculinas como parâmetro. Desse modo, pensamos a constituição de carreiras femininas em comparação às carreiras masculinas e a tendência é fazer uma reflexão enviesada, onde especificidades circunscritas ao gênero não são consideradas. Do mesmo modo que incorremos em erro ao parametrizar as carreiras de homens e mulheres, assim o fazemos quando comparamos carreiras de indivíduos que tenham as suas identidades delimitadas por marcadores sociais de diferenças, como a etnia, a classe, a faixa etária, entre outros, assim como, de contextos sociais diferentes.

Para entender a constituição de carreiras militantes femininas, partimos da observação de um campo que antes a presença de mulheres era restrita e depois passou a ser expressiva. Selecionamos o Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação da Universidade Federal de Sergipe como realidade que passou pelo processo de transformação da quase ausência para quase predominância de mulheres na sua liderança. Em seguida, analisamos as trajetórias das sindicalistas e destacamos elementos importantes para o engajamento individual.

O objetivo deste estudo é problematizar a análise das carreiras militantes femininas a partir do modelo masculino. Propomos pensar as particularidades das experiências das mulheres como condicionantes das suas trajetórias. A abordagem é voltada ao movimento sindical e a análise é sobre as carreiras das dirigentes. Selecionamos um grupo de mulheres dirigentes sindicais, com as quais realizamos 16 entrevistas aprofundadas. A partir das narrativas, buscamos entender a constituição das suas carreiras, levando em consideração suas experiências e as contingências expressas em seus percursos.

Nesse sentido, buscamos refletir sobre a constituição das carreiras militantes das sindicalistas, considerando as particularidades da reprodução de papéis de gênero como condicionantes da sua atuação. A partir do enfoque em aspectos das suas carreiras foi possível dissociar a ideia de atuação e de sucesso militante baseado no modelo masculino. Percebemos que elas adotaram formas de organização e de atuação que estão diretamente relacionados aos “papéis femininos” que assumem em

outras esferas da sociedade, ou seja, a sua atuação se dá a partir de um *script* de gênero².

1 A ANÁLISE DE CARREIRA COMO ESTRATÉGIA TEÓRICO-METODOLÓGICA

A análise de carreira é uma estratégia teórico-metodológica muito adotada nos estudos dos movimentos sociais. Algumas abordagens da sociologia da militância tratam do engajamento individual como um processo, e mobilizam os conceitos de trajetória e carreira para explicar os percursos individuais. Para Fillieule (2001) a noção de carreira ajuda a entender como cada passo das atitudes e comportamentos da biografia é determinado por atitudes e comportamentos do passado, onde é possível voltar e "resituar" os períodos de engajamento no ciclo de vida. Assim, adotamos a entrevista biográfica como estratégia metodológica possível para apreensão dos processos circunscritos a uma trajetória individual, os quais influenciaram o comprometimento das militantes com a causa trabalhista.

Encontramos nas pesquisas sociológicas dois modelos principais de abordagem das biografias como fonte de pesquisa. O modelo da História de Vida de Howard Becker e o de Trajetória de Vida de Pierre Bourdieu. A história de vida considera as narrativas feitas pelos sujeitos sobre si e sobre sua vida como um dado importante para os estudos sociológicos. Por sua vez, Bourdieu contesta o pensamento de Becker no texto intitulado "A Ilusão Biográfica", ao afirmar que ela se aproxima do senso comum e se distancia do fazer científico, na medida em que o narrador fará um esforço para criar uma ordem lógica e cronológica da vida, que nada tem a ver com os cursos verdadeiramente. O autor apresenta a trajetória de vida como alternativa ao relato linear e à ilusão retórica (BOURDIEU, 2006, p. 185).

Entretanto, a história de vida, segundo Becker (1993, p. 109) nos auxilia na apreensão do lado subjetivo de processos institucionais, por exemplo, a entender a experiência do sujeito no percurso escolar e laboral. A escola, a família, o trabalho, são campos da vida onde os sujeitos passam por muitas experiências, entram em

² Utilizamos o termo *script* de gênero em alusão ao termo *script sexuado*, ideia desenvolvida pelas autoras Nicky Le Feuvre e Nathalie Lapeyre, para abordar a crença de que os homens possuem competências na esfera profissional, portanto não necessitam demonstrar capacidade antecipadamente, ao passo que as mulheres necessitam.

contato com diferentes grupos de pessoas e assumem posições sociais. Essa perspectiva colabora, também, para compreendermos as representações sociais que constituem a cultura do grupo, e o pesquisador precisa fazer o esforço para interpretar os significados das ações, dos comportamentos e das crenças circulantes no ambiente.

O exercício de refletir sobre os significados das ações das militantes nos colocou diante de informações contidas nos relatos que, na perspectiva das informantes não importa para explicar o seu engajamento e a sua ação militante. Por exemplo, algumas ignoram que participar de um grupo religioso na comunidade possa ter contribuído para o seu atual posicionamento político. Mas para a nossa análise, cada vivência tem sua importância para pensarmos o encadeamento das experiências que culminaram na escolha da profissão e no engajamento sindical.

Segundo Becker, o que caracteriza a história de vida como fonte de dados é a ação que o próprio pesquisador assume. Para o autor, o pesquisador precisa cumprir etapas para abranger tudo aquilo que deseja conhecer, e ter claro "que nenhum fato ou acontecimento importante seja desconsiderado, que o que parece real se ajuste a outras evidências disponíveis e que a interpretação do sujeito seja apresentada honestamente" (BECKER, 1993, p. 102). O que mais interessa nas entrevistas biográficas não é um desenho cronológico da vida das militantes, mas a conexão entre aspectos do seu percurso que as direcionaram à ação política e as tornaram membros de um grupo. Na realização das entrevistas permitimos que as participantes fizessem um relato livre das suas trajetórias. Consideramos nas análises, todas as informações contextuais que nos foi possível acessar, bem como as representações contidas em seus discursos sobre seus próprios itinerários.

A perspectiva "bourdieusiana", está fundada nos conceitos de campo e de *habitus*. Estes nos serviram para problematizar os espaços sociais de circulação das mulheres engajadas no sindicato, para a apreensão de códigos e dos saberes da prática militante por meio da socialização, ou seja, a constituição de um *ethos* militante. Contudo, buscamos superar alguns limites advindos do uso desses conceitos quando adotados sem a devida problematização, apenas importando-os para uma realidade diferente daquela onde foram desenvolvidos. Os conceitos de campos e *habitus* foram desenvolvidos nas pesquisas realizadas em um contexto europeu específico e em uma tradição sociológica também específica, que permitiram

ao autor, chegar a conclusões, tais como, a ideia do campo enquanto microcosmo autônomo (BOURDIEU, 2013, p. 195).

A análise das carreiras militantes femininas nos possibilitou compreender as ligações entre os diferentes campos da vida ou dos microcosmos, como define Bourdieu. Em seus itinerários, pudemos ver claramente as conexões entre os campos da família, do trabalho, da escola ou da instrução formal, e percebemos que as “leis” de funcionamento destes não são tão rígidas ou intransferíveis como propõe o postulado original sobre a Teoria dos Campos (crítica sobre autonomia dos campos).

A partir das narrativas extraídas das entrevistas, identificamos diferentes trajetórias individuais que resultaram no engajamento das mulheres no sindicato. Nestas narrativas, destacamos os perfis das sindicalistas, e os recursos sociais resultantes da socialização familiar, escolar e profissional. Os vínculos afetivos emergiram como motivação, mas também como entraves ao engajamento militante. As desigualdades de gênero foram percebidas na relação estabelecida entre os lugares assumidos pelas mulheres no sindicato e os papéis sociais assumidos em outras esferas da vida.

Os itinerários dos indivíduos são constituídos por experiências individuais e coletivas, portanto, as histórias de vida podem se aproximar em alguns aspectos, mas podem se afastar em muitos outros. Os percursos institucionais tendem a estabelecer relações comuns nos itinerários dos indivíduos, por exemplo, frequentar determinado tipo de escola ou trabalhar em determinada empresa. Estas coincidências possibilitam experiências similares e acabam estabelecendo carreiras semelhantes. Contudo, existem outros elementos que influenciam nas experiências e vivências das pessoas, por exemplo, os marcadores identitários ou sociais, como etnia, gênero, faixa etária e classe. Estes marcadores foram largamente mobilizados nos estudos sobre identidades, reconhecimento e diferenciação e são utilizados como categorias conceituais na teorização das diferenças.

Segundo Brah (2006), estes marcadores de diferenças podem ser analisados em algumas perspectivas, a partir das quais, as diferenciações emergem entrecruzando-se. Quando a diferença se dá pela experiência está relacionada ao lugar de formação do sujeito. Quando a diferença é estabelecida a partir das relações sociais criam circunstâncias materiais e práticas culturais como produtoras das condições de construção de identidades de grupos. As diferenças podem ainda se

apresentarem como subjetividade e as posições de sujeito são produzidas social e culturalmente. Outra perspectiva de compreensão da diferença é como identidade, sendo o “eu” como núcleo em transformação constante, que busca assegurar coerência, continuidade e estabilidade a processos que se fundam na multiplicidade, contradição e instabilidade (BRAH, 2006, p. 359-371).

A partir da sistematização feita pela autora podemos compreender a constituição de carreiras de sujeitos individuais e em seus múltiplos grupos de pertencimento, tomando como ponto de partida as experiências vivenciadas no contexto de relações sociais que produzem subjetividades estruturadas a partir de processos renovadores de construção identitária (MELLO; GONÇALVES, 2010, p. 68).

As carreiras femininas na política e na profissão têm sido observadas em seus aspectos diferenciadores das carreiras masculinas. Tais aspectos estão relacionados aos papéis sociais atribuídos a cada um, estes ainda, como resultantes de um imaginário cultural essencialista de homem e de mulher.

Tomando a categoria gênero como marcador social de diferenciação precisamos analisar as carreiras femininas considerando as suas especificidades. Assim, não podemos tomar como parâmetro de sucesso as carreiras masculinas.

2 CARACTERÍSTICAS E ASPECTOS DAS CARREIRAS DAS MILITANTES SINDICAIS

A participação política em um sistema democrático de governo apregoa o envolvimento de segmentos da sociedade nos espaços de decisão e de poder. Em regra, o próprio sistema deve garantir as condições para que isso ocorra. Contudo, sabemos que as oportunidades de inserção em determinados espaços estão condicionadas ao pertencimento a grupos, ao domínio de saberes e de outros capitais sociais. Os itinerários de cada indivíduos são constituídos desses capitais. Segundo Bourdieu (2001) é na vivência em comunidade que o indivíduo cria o sentimento de pertencimento a um grupo e se apropria dos recursos materiais e simbólicos dessas redes.

O grupo das militantes que participaram da pesquisa têm em comum a convivência no ambiente de trabalho e no sindicato. Constituem um mesmo grupo de profissionais e estão imersos em uma mesma realidade. As suas trajetórias guardam algumas semelhanças, como o tipo de escola que frequentaram, a formação universitária e, inclusive, terem nascido ou viverem na mesma cidade. Contudo, há algumas diferenças em seus perfis, por exemplo, o estado civil e a faixa etária. Mas todas elas, na condição de mulher, estão inseridas em uma cultura de reprodução das diferenças do masculino e do feminino como fatores que colocam homens em condições de superioridade.

Para que pudessemos comparar as carreiras de mulheres e de homens, e desse modo atestar as diferenças e semelhanças seria necessário conhecer também as carreiras dos homens. Mas a comparação, como afirmado no início, não é nosso objetivo, uma vez que, queremos afirmar que estas carreiras marcadas por grandes fatores de diferenças precisam ser pensadas em si, levando em consideração esses fatores.

Para situar o objeto em seu espaço de constituição, ou seja, o sindicato, buscamos considerar as especificidades circunscritas ao grupo, por exemplo, a forma como a categoria dos Técnico-Administrativos em Educação – TAE, está configurada em termos de carreira e em termos percentuais de gênero. Entender as profissões que compõem a categoria, o nível de escolaridade exigido, a faixa etária e o gênero que predomina nestas profissões, ajudou a entender o lugar das mulheres na classe profissional dos TAE. Também foi válido compreender como o sindicato está situado no sindicalismo local e nacional, como se dá a participação do SINTUFS na militância sindical no estado de Sergipe e qual o seu lugar na Federação a que está filiado.

Estas informações não serão aqui tratadas, apenas mencionadas para esclarecer o processo de desenvolvimento da pesquisa e os dados que tivemos acesso. Vencidas estas questões, conseguimos visualizar um panorama mais geral das condições estruturais, diante da qual está assentada a liderança das mulheres no sindicato. Na sequência do estudo buscamos apreender as condições de possibilidades do engajamento de mulheres no sindicalismo, voltando o olhar para as trajetórias e os diferentes percursos que resultaram na constituição de uma carreira militante.

2.1 Aspectos das Trajetórias e dos Perfis das Militantes Sindicais

Iniciamos as entrevistas explicando às participantes os aspectos gerais, o objeto de estudo, o tipo de entrevista que realizaríamos e a sua relevância para a pesquisa. As entrevistas foram realizadas entre os meses de junho e novembro de 2017. Tratando-se de uma entrevista biográfica, esclarecemos que faríamos perguntas sobre a vida da participante, da sua família e outras questões de ordem pessoal. Nessa oportunidade, explicamos também de que modo os seus nomes e as suas declarações apareceriam no texto resultante das análises, e pedimos anuência expressa, registradas nas gravações. Para fins de melhor organização das informações extraídas das narrativas, classificamos as entrevistadas como "Dirigente", seguido do número correspondente ao primeiro nome em ordem alfabética. Adotamos as letras "X" e "Xx", em substituição aos nomes de homens e mulheres, respectivamente, mencionados pelas entrevistadas em seus relatos.

As entrevistas biográficas nos permitiram concentrar a atenção na ação dos atores e nas concepções sobre a própria atuação política, tendo em vista que, muitas vezes, o engajamento perpassa por uma questão moral (PÉCHU, 2001, p. 73). Quando questionamos sobre as motivações para participar do sindicato, algumas mencionaram uma espécie de dever moral perante a categoria, afirmando, inclusive, que esse deve ser um compromisso de todo trabalhador consciente, contribuir em algum momento para o crescimento da categoria e dos trabalhadores em geral.

Buscamos formar o perfil das militantes a partir de algumas características pessoais e experiências encontradas em suas trajetórias. Estas particularidades originárias de distintos percursos apareceram como elementos importantes para pensar as condições de acesso e permanência das mulheres no sindicato. Os elementos mais significativos desses perfis foram: a faixa etária, o estado civil, os filhos, a escolaridade, o cargo na instituição e o tempo na instituição.

Na Tabela 1 construímos um perfil das militantes com algumas referências pessoais:

Tabela 1 - Relação das entrevistadas e algumas referências pessoais

	Participante	Idade	Estado civil	Filhos	Ingresso na UFS	Cargo atual
1	Adriana Torres Azevedo	45	Solteira	2	1995	Técnico de Laboratório
2	Andrea Moreira Batista	40	Divorciada	Não	2008	Assistente Social
3	Benízia Santana Luz	50	Solteira	Não	1994	Técnico em Enfermagem
4	Daniela Argolo de Oliveira	38	Solteira	Não	2002	Técnico em Enfermagem
5	Edjanária Barbosa da Silva Borges	56	Casada	1	1993	Assistente Social
6	Elayne Cristina Menezes Silva	34	Casada	2	2007	Técnico em Assuntos Educacionais
7	Kezia Santos Lima	42	Solteira	Não	2015	Secretariado Executivo
8	Lucimar da Conceição Costa	41	Divorciada	1	2002	Técnico em Enfermagem
9	Maria José Bryanne Araujo Santos	28	União estável	Não	2014	Técnico de Laboratório
10	Maria Neris dos Santos	66	Solteira	Não	1977	Assistente em Administração
11	Marília Cavalcante dos Santos	31	Solteira	Não	2014	Agrônoma
12	Polyana Maria Palmeira Sarmento	48	Solteira	Não	1994	Assistente Social
13	Sheyla Andrea dos Santos	41	Solteira	2	2006	Bibliotecária
14	Suzanne de Oliveira Resende	28	Casada	1	2014	Técnico em Química de alimentos
15	Taira Cris de Jesus Moreira	31	Casada	Não	2015	Assistente Social
16	Tânia Maria Vieira Souza	44	Solteira	Não	2002	Enfermeira

A faixa etária vai de 28 a 66 anos de idade, sete delas na faixa dos 40 anos, quatro na faixa dos 30 anos, duas na faixa de 50 anos, duas com 28 anos e uma na faixa dos 60 anos. A diferença de idade forma uma linha que apresenta diferentes gerações de mulheres no sindicato. Essa diversidade influencia na perspectiva de cada uma delas na luta sindical, embora o fim em comum seja a representação e

defesa dos interesses da categoria. A concepção do papel do sindicato denota as diferenças de perspectivas marcadas pela faixa etária.

As militantes mais jovens, considerando abaixo dos 45 anos, entendem que o papel do sindicato não se restringe às questões trabalhistas, mas possui o papel de transformação das bases sociais fundadas em princípios de diferenciação, opressão e injustiças sociais. As militantes que estão na faixa etária acima dos 45 consideram que o único papel do sindicato é lutar pelas questões trabalhistas. Apenas uma entre as mais velhas defendem que a função do sindicato vai além da defesa da categoria. Durante as observações percebemos que há mulheres e homens mais jovens envolvidos na militância sindical nas duas gestões atuais do que nas anteriores. Este fato é relevante para pensarmos o perfil de atuação do sindicato e perceber um interesse entre os mais jovens pela militância.

Buscamos refletir se a concepção das sindicalistas está associada ao modelo sindical adotado pela instituição à época que começaram a participar. Mas em uma análise cronológica percebemos que apenas uma delas já participava do sindicato nos anos de 1980, período em que o modelo de movimento sindical brasileiro passou por transformações. Sendo assim, não podemos fazer tal associação.

Em relação ao estado civil, nove são solteiras, duas divorciadas, quatro são casadas e uma tem união estável. A maioria não tem filhos, e das seis que têm filhos, duas são solteiras e uma divorciada. Estes dados são muito representativos do contexto social da participação política feminina. Uma vez que, as responsabilidades com o lar e com a família ainda hoje são assumidas predominantemente pelas mulheres. A sociedade passou por diversas transformações em sua organização, inclusive na família, e em muitos casos, as tarefas são compartilhadas entre os membros. Mas essa mudança cultural ainda não foi absorvida pela sociedade, de forma a causar um impacto nas relações, entre homens e mulheres, diante das responsabilidades com estes âmbitos da vida.

Assim, notamos no grupo de mulheres estudado que a participação política é mais favorável aquelas que são solteiras e não têm filhos. Este argumento foi repetido diversas vezes nas entrevistas. Muitas afirmaram que se fossem casadas e tivessem filhos seria mais difícil participar. Uma delas relatou que só participa porque a filha já é adulta e independente. Outras relataram ter enfrentando problemas familiares e cobranças por conta dos filhos. Achamos prudente perguntar às mulheres se os

homens viviam as mesmas situações, para não tirarmos conclusões gerais a partir da experiência delas. A resposta foi que, apenas um dos colegas passava pela mesma situação, pois a esposa trabalhava e era estudante de pós-graduação, e eles dividiam as responsabilidades com a filha.

Prosseguindo com a caracterização do perfil das militantes, consideramos que o tempo de trabalho na instituição pode significar maior oportunidade de familiarização com o ambiente institucional, com colegas e com as demandas laborais. Essa familiaridade promove o conhecimento sobre os mecanismos de funcionamento da instituição, sobre a organização da carreira e sobre os problemas cotidianos e foi apontada como um determinante para o envolvimento na causa sindical. Como mencionado nessa seção, esse período se mostrou variável, umas estão há mais de 20 anos e outras há menos de 3 anos, quatro ingressaram antes do ano 2000 e onze ingressaram depois.

Notamos que a maioria se envolveu com o sindicato nos anos iniciais de trabalho na Universidade e tal envolvimento está muito relacionado com a conjuntura política nacional. Percebemos que os períodos de envolvimento estão relacionados a momentos de tensão política nacional, como o final da ditadura militar e a abertura democrática. O contexto mais recente é o do segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff, período em que o seu governo deu início às medidas de ajuste fiscal, segundo do processo de *Impeachment* da presidenta e as atuais medidas de ajuste fiscal do governo do presidente Michael Temer.

Notamos que o engajamento militante esteve condicionado a quadros políticos nacionais, que sem dúvida, refletem sobre as questões locais. Noonan (1995, p. 86) propõe a interpretação dos quadros sociais do engajamento militante, a partir da *Frame Analysis*³, perspectiva que, segundo a autora, traz os fatores psicológicos sociais de volta à análise dos movimentos sociais (SNOWW; BENFORD, 1992 apud NOONAN, 1995, p. 85). Além disso, considera a noção de que os participantes são atores racionais envolvidos na construção de suas próprias crenças e estratégias de mobilização. Essa seria uma forma alternativa para compreensão do fenômeno da

³ O termo “Frame” foi introduzido por Erving Goffman para denotar esquemas de interpretação que permitem aos indivíduos localizar, perceber, identificar e rotular ocorrências dentro do seu espaço de vida e do mundo em geral.

ação coletiva, levando em consideração análise dos quadros de ação coletiva, sem, no entanto, desprezar a autonomia dos atores.

Na relação entre formação e trabalho, identificamos que apenas uma das entrevistadas não concluiu o ensino superior, ela informou que já iniciou cinco cursos de graduação, mas nunca concluiu nenhum. Algumas ingressaram na UFS apenas com ensino médio ou técnico e, só depois, fizeram graduação e pós-graduação. Das quatorze mulheres que já haviam concluído o nível superior antes de ingressar, dez delas ingressaram em cargo de nível superior e quatro ingressaram em cargo de nível médio ou técnico. A UFS foi a primeira experiência de trabalho de quatro delas. Além da UFS, quatro delas têm outro vínculo de trabalho (são da área da saúde e educação). Em relação ao tempo que estão na instituição, há uma variação que também revela a diferença etária e os ciclos de concurso da Universidade: quatro entraram no concurso de 1993, três no concurso de 2002, três entre 2006 e 2008 e cinco entre 2014 e 2015.

Sobre os vínculos familiares atuais e o estado civil, entre as mulheres solteiras, seis ainda moram com os pais, duas têm filhos e moram com eles e sete não têm filho. Entre as cinco que são casadas, três têm filhos. Em relação aos companheiros, nenhum faz parte de movimentos sociais, sindicato, partidos políticos, e algumas relataram que esse foi um obstáculo que teve que ser contornado para poderem participar do sindicato.

Em relação ao núcleo familiar de origem, observamos que treze participantes passaram a sua infância em uma família composta por pai, mãe e irmãos, três delas, passaram boa parte da infância morando com avós. A maioria dos pais tinham ocupações modestas. Três eram donos de pequenos comércios, um aposentado, quatro trabalhavam no serviço público, um no comércio, um trabalhava como caminhoneiro, e um jornalista e radialista. Este último, teve contato em seu percurso com pessoas importantes da política sergipana e sempre circulou por esses espaços.

Sobre a escolaridade dos pais, quatro cursaram o ensino superior. Destes um pai é advogado e um é engenheiro civil. As duas mães que concluíram a graduação, uma é professora e a outra pedagoga. Esse é mais um exemplo das diferenças de gênero na divisão dos papéis sociais de homens e mulheres. Nancy Fraser (2006, p. 233) denomina essa divisão como as profissões de "colarinho rosa". A maioria dos pais não cursaram o ensino superior. Duas classificaram pais e mães como

analfabetos, três responderam que os pais cursaram até o ensino fundamental, e seis até o ensino médio.

Podemos enquadrar a família da maioria na classe social média. São filhas de trabalhadores, comerciantes, servidores públicos, trabalhadores autônomos e da iniciativa privada. A maioria das militantes frequentou a rede privada de ensino ao menos em uma fase escolar e cursou o ensino superior em instituição pública. Apesar das condições sociais da família que demonstra, por exemplo, o acesso à educação superior, algumas delas são as únicas da família que concluíram o 3º grau. Outro dado que indica a estrato social são os bairros onde moraram com a família. Assim, destacamos que as militantes tiveram condições e oportunidades para os estudos e a formação, e a maioria não precisou trabalhar enquanto estudava

A maioria estudou os anos iniciais em escolas públicas, e depois em escolas privadas. Cinco das entrevistadas sempre estudaram em grandes escolas da rede privada de Aracaju, como Arquidiocesano, Colégio do Salvador, Colégio de Ciências Pura e Aplicada, Colégio Jardins, Colégio Purificação. As escolas públicas em que estudaram, também são consideradas boas ou de referências na rede estadual de ensino público, e são elas: Colégio Militar, Ateneu Sergipense, Escola Técnica, atual Instituto Federal de Sergipe, Colégio João Alves e Colégio Dom Fernando Gomes. Quando perguntadas se havia grêmio estudantil, a resposta é que nas escolas da rede privada não havia espaço para isso. As que passaram por escolas públicas mencionaram o grêmio, mas afirmaram não terem participado. Essa pergunta gerou outro tipo de resposta, elas acrescentaram outros tipos de participação na escola, por exemplo, a produção de "jornalzinho", organização de feiras e encontros culturais.

A questão sobre o envolvimento em atividades escolares iniciou a conversa sobre participação política. Na ocasião, perguntamos se na infância algum familiar, amigo da família, vizinho ou alguém próximo tinha ligação com a política, com o movimento sindical ou outro movimento social. Em um dos relatos, a entrevistada conta que um parente que trabalhava para políticos importantes do estado de Sergipe levava cartões e correspondências para confeccionar em casa, que seriam enviados por estes políticos para eleitores e apoiadores. Mas outros parentes trabalhavam na PETROBRAS, militavam e defendiam a figura do ex presidente Lula como o candidato da família, que tinha uma ideologia política diferente desses políticos sergipanos.

Diante do perfil identificado, selecionamos algumas abordagens para pensar os processos de socialização que constituíram as trajetórias das mulheres. As narrativas sobre si são utilizadas com a finalidade de entender o engajamento individual, ou seja, o processo de comprometimento pessoal, de filiação e de defesa de uma causa. Relacionamos, aqui, algumas abordagens da sociologia da militância para explicar esse tipo de engajamento. Com base nelas, percebemos que os condicionantes do engajamento individual podem estar relacionados à identidade, a questões ideológicas e culturais, à insatisfação e aos relacionamentos. Estas disposições são entendidas como atitudinais ou psicológicas (KLANDERMANS; OEGEMA, 1987).

No caso desse estudo, a identidade com as questões de gênero e com a causa feminista não tem a mesma relevância quanto as questões ideológicas, culturais de classe e aquelas ligadas à insatisfação e aos relacionamentos. Na entrevista insistimos em algumas perguntas sobre as desigualdades de gênero e as lutas feministas, a fim de perceber se estas causas ligavam as militantes. Observamos que poucos discursos remeteram à identificação com a ideologia feminista e de gênero, como algo que influencia na sua visão de mundo a ponto de impactar a sua atuação frente ao sindicato.

Apesar de responderem categoricamente que é importante a presença da mulher nos espaços de representação e defenderem a igualdade de gênero, não foi esse sentimento de compromisso com a causa feminina que as envolveram com o sindicato. Os motivos predominantes foram: a insatisfação em decorrência de problemas no ambiente de trabalho e da conjuntura política nacional, a questão ideológica do compromisso com a classe trabalhadora e os relacionamentos de amizade.

As líderes sindicais que participaram dessa pesquisa não possuem antecedentes militantes, mas as suas trajetórias mostraram vivências que, embora elas não reconheçam como etapas de constituição de uma carreira militante apontaram como motivadoras de traços na personalidade ou de atitudes de preocupação e comprometimento com questões sociais. Essas vivências dizem respeito à participação em grupos da igreja voltados a trabalhos sociais, à prestação de serviço em comunidades vulneráveis e a práticas laborativas em comunidades em situação de pobreza. As experiências nessas atividades favorecem a socialização em grupos, além de promover o aprendizado sobre questões relacionadas aos problemas

comunitários e sociais. Além da importância dessas experiências para o envolvimento futuro em uma causa, elas podem promover também o surgimento de laços e a inserção em uma rede de relações (BOURDIEU, 2001, p. 68).

Talvez o título acadêmico seja um elemento importante para explicar a ampliação do número de mulheres no sindicato, isso pode fazer parte da lógica que preconiza que as mulheres precisam provar que merecem estar onde estão apresentando um *plus*. Podemos compreender esta lógica a partir da ideia do *script sexuado* desenvolvida pelas autoras Nicky Le Feuvre e Nathalie Lapeyre, para abordar a crença de que os homens possuem competências na esfera profissional, portanto não necessitam demonstrar capacidade antecipadamente, ao passo que as mulheres necessitam (LE FEUVRE; LAPEYRE, 2005, p. 114). As mulheres que participaram da gestão do sindicato em anos mais remotos conseguiram identificar que o título acadêmico era reconhecido como um recurso importante e que legitimava a sua entrada e atuação no sindicato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O perfil das sindicalistas e as suas trajetórias possibilitaram identificar aspectos das suas carreiras militantes ligadas ao marcador gênero. Estes aspectos demonstram algumas especificidades nas carreiras femininas, que, inclusive, definem às suas práticas militantes.

Algumas vezes os indivíduos definem suas práticas por adaptação. Percebemos isso quando as militantes seguiram um modelo de ativismos já estabelecido. Mas percebemos, também, quebras de padrões e a renovação da prática militante pelas mulheres, ainda que esta renovação não pareça original ou muito significativa. De um lado, elas se adaptaram à cultura sindical, buscando conhecer o seu funcionamento. Por outro lado, buscaram ocupar espaços que tratavam de questões já conhecidas. Elas, então, atuaram fazendo uma conexão entre o conhecimento em outras esferas sociais e a prática militante, ou seja, elas assumiram um *script* de gênero.

Constatamos que a atuação das dirigentes está vinculada à ocupação de coordenações que tratam de funções assumidas por elas em outras esferas da vida,

bem como, à formação acadêmica. Por vezes, estas funções estão associadas aos assuntos considerados tradicionalmente como femininos, por exemplo, os cuidados com a família e com o lar. Essa foi a maneira adotada por elas para se sentirem mais seguras em sua atuação no sindicato.

Percebemos nas narrativas que a questão da experiência militante é muito valorizada, pois respalda a atuação, a liderança e as opiniões. A escolaridade também é um aspecto valorizado. O título acadêmico foi muitas vezes citado como um capital a mais que o militante tem para se diferenciar no grupo. Das três últimas gestões analisadas, 2005 a 2014, de 2014 a 2017 e de 2017 a 2018, percebemos que o título acadêmico foi mais enfatizado como diferencial na primeira, pois nas últimas duas, a maioria dos participantes tem ensino superior completo, diferente das gestões mais antigas.

A experiência militante em outras causas, também é um elemento de valorização e reconhecimento entre os pares no sindicato. Procuramos saber se elas atuam ou atuaram em outro sindicato, partido político, movimentos sociais, fóruns, comitês, associações de moradores, conselhos, ou em qualquer outra instância de participação, representação ou controle social. As que participaram ou participam tentam fazer a conexão entre as experiências adquiridas em outros espaços com aquelas adquiridas no sindicato e vice-versa. Esta é uma forma de, segundo elas, compensar a falta de conhecimento e experiência política e militante.

Concluimos que as dirigentes sindicais desenvolveram estratégias de atuação militante que estão relacionadas com o que chamamos no início de *script* de gênero. Elas se dirigiram para coordenações que tratam de assuntos conhecidos. Esses conhecimentos advêm da formação acadêmica e profissional, mas também das experiências do mundo da vida, naquilo que se refere aos papéis femininos definidos culturalmente. Estes são aspectos que possivelmente não encontraríamos nas carreiras masculinas, por este motivo descartamos uma análise com parâmetros nas carreiras dos militantes homens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, H. Outsiders. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. Editora HUCITEC, São Paulo, 1993.

BOURDIEU, Pierre. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs.) Escritos de Educação, 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 2001, pp.67-69.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da história oral. - 8ª edição – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

BOURDIEU, Pierre. Capital simbólico e classes sociais. Novos estudos - CEBRAP, n.96, 2013, p.105-115.

BRASIL. IBGE. IBGE. Pesquisas Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil, 2015. Indicadores selecionados. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 de dez. 2017.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. Cadernos Pagu, v. 26, 2006, p. 329-376.

FRASER, Nancy. Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça numa Era “Pós-Socialista”. Cadernos de Campo, São Paulo, n. 14, 2006, p. 331-339.

FILLIEULE, Olivier. Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel. França: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 2001.

KLANDERMANS, Bert, OEGEMA, Dirk. Potentials, networks, motivations, and barriers: steps toward participation in social movements. American Sociological Review, 1987.

LE FEUVRE, Nicky Le; LAPEYRE, Nathalie. “Les ‘scripts sexuels’ de carrière dans les professions juridiques en France”. In: (Org.) GIANNINI, Mirella. The feminization of the professions: thematic issue. Knowledge, Work&Society, v.1, n. 3, 2005, p. 101- 126.

MELLO, Luiz; GONÇALVES, Eliane. Diferença e interseccionalidade: notas para pensar práticas em saúde. Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências da UFRN, 2010, p. 63-73.

NOONAN, Rita K. Women against the state: Political Opportunities and collective action frames in chile's transition to democracy. Sociological Forum, 1995, p. 81-111.

NORRIS, Pippa; LOVENDUSKI, Joni. Gender and Party Politics. Londres, Sage, 1993.

PÉCHU, Cécile. Les Générations Militantes à Droitsu Logement. Revue Française de Science Politique, vol. 51, n. 1, 2001, p. 73-103.